

Identidades Histórico-culturais, Fronteiras e Futuro da UE

João Paulo Avelãs Nunes

Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

Baseando-se, embora, em realidades sociais globais anteriores, os processos de estruturação das identidades histórico-culturais de âmbito nacional são algo recente e artificial. Derivam, pois, não da evolução “natural e inevitável” dos povos ao longo de séculos, mas da actuação deliberada e sistemática dos Estados e/ou de elites das “sociedades civis” a partir do terceiro quartel do século XVIII. Tratou-se de uma estratégia de consolidação inicialmente adoptada pelos regimes liberais conservadores (produtos do ideário liberal e de mutações revolucionárias) e depois adoptada – seguindo modalidades diferentes – por autoritarismos, demoliberalismos e totalitarismos.

Até ao pós-Segunda Guerra Mundial e ao surgimento de regimes democráticos, a quase totalidade dos esforços de construção de identidades histórico-culturais nacionais implicaram a negação ou a desvalorização das identidades a montante e a juzante da escala de cada Estado; implicaram a escolha de um determinado conjunto de elementos de caracterização em desfavor de outros. Visou-se, sobretudo, justificar a existência de Estados-Nação e de países colonizadores, legitimar a liderança e as opções das elites dominantes em cada país, gerar fenómenos de coesão interna e de afastamento ou hostilidade relativamente aos “outros” (rivais ou inimigos, externos ou internos; inferiores, iguais ou superiores segundo uma grelha de observação de matriz neodarwinista).

Desde 1945, nomeadamente nos países com regimes demoliberais e democráticos, tem-se assistido a uma evolução no sentido do reduzir o grau de instrumentalização ideológica e de ampliar o nível de fundamentação científica das actividades de estudo e intervenção nas questões da memória histórica e da identidade cultural. Tem-se procurado compatibilizar a permanência de identidades histórico-culturais nacionais com a emergência de referentes sectoriais – de sexo e etários, socioeconómicos e socioculturais, étnico-religiosos e político-ideológicos –, locais e regionais, da União Europeia, europeus (ou outros) e mundiais.

Pode, deste modo, considerar-se que tanto as pessoas como as sociedades são sempre influenciados por vários universos identitários e de memória, assumindo, em consequência, características multiculturais mais ou menos pronunciadas. Tal como as transformações são acompanhadas e atenuadas por continuidades, também às diferenças entre identidades histórico-culturais nacionais correspondem, quase sempre, similitudes que facilitam a aproximação ou, pelo menos, a análise comparativa dos agentes históricos – indivíduos, organizações, países, associações de Estados – presentes em cada momento e em cada espaço.

Seria, assim, possível atingir objectivos aparentemente contraditórios como a limitação dos aspectos negativos de vivências exclusivistas e totalitárias das identidades histórico-culturais – nacionalismo agressivo e integrismo religioso, utopias regressivas e atavismo comunitário, elitismo e racismo, sexismo e criminalidade –, o potencializar das virtualidades resultantes da diversidade e do intercâmbio entre referentes culturais sustentáveis e abertos. Dever-se-ia incentivar a produção e divulgação de leituras objectivantes e desalienantes acerca da realidade, nomeadamente através do apoio ao desenvolvimento, quer das ciências sociais (história e geografia, antropologia e psicologia, sociologia e demografia), quer das tecnologias a elas associadas (didácticas específicas e jornalismo, museologia e salvaguarda do património cultural, turismo cultural e *marketing*).

Concordando-se com esta interpretação, recusa-se o estabelecimento de vínculos causais irreversíveis entre identidades histórico-culturais e “fronteiras absolutas” de natureza social (“interna”) ou político-diplomática (“externa”). É possível gerir os fenómenos do multiculturalismo, da emigração e do urbanismo adoptando como critério de avaliação e vector de interpenetração — ou diálogo activo — uma versão exigente e ampla do conceito de “direitos humanos”. Futuros alargamentos da União Europeia derivarão de escolhas políticas tanto quanto possível conscientes e não de mitificados “imperativos categóricos” resultantes do “passado” ou de “inultrapassáveis diferenças” de natureza cultural ou civilizacional.